

BIOGRAFIA HISTÓRICA E MEMÓRIA: O LUGAR DE ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA NO CENÁRIO POLÍTICO MINEIRO AO FINAL DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Danyllo Di Giorgio Martins da Mota¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a narrativa biográfica construída sobre Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Importante personagem no processo da Revolução de 1930, a memória da sua trajetória política apresenta o entrelaçamento das ações do indivíduo com as representações do grupo social ao qual ele encontrava-se ligado. Deste modo se faz importante a reflexão sobre como as ações políticas de Antônio Carlos são associadas às representações simbólicas do Estado e do povo de Minas Gerais como forma de construir a memória do agente político por meio de sua biografia. Ao longo do texto analisamos a importância política do biografado no cenário mineiro e na campanha da Aliança Liberal ao final da década de 1920, as relações entre memória e biografia histórica, a construção de sua imagem pessoal na biografia e como esta é identificada com a ideia de mineiridade.

Palavras chave: Memória, Biografia Histórica, Primeira República.

Abstract: This article aims to analyze the biographical narrative built on Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Important character in the 1930 Revolution process, the memory of his political career shows the link between the individual actions to the representations of the social group to which he was connected to. Thus it is important to reflect on how Antônio Carlos political actions are associated with symbolic representations of the state and the people of Minas Gerais as a way to build the memory of political agent through his biography. Throughout the text we analyze the political importance of biography in mineiro's scene and the campaign of Liberal Alliance at the end of 1920s, relations between memory and historical biography, building his personal image in the biography and how it is identified with idea mineiridade.

Keywords: Memory, Historical Biography, First Republic.

1. Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG, Campus Aparecida de Goiânia. Doutorando em História pelo PPGH/UFG desenvolvendo a pesquisa *Da Memória ao Mito Político: a biografia de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e os usos políticos da História*.

I. Antônio Carlos e o problema da memória sobre a Revolução de 1930.

Um tema recorrente na historiografia sobre a Primeira República é a existência em diferentes Estados de grupos de intelectuais que, ainda que não formassem grupos homogêneos, davam sustentação ideológica para as Oligarquias. Em Minas Gerais existiam iniciativas intelectuais e políticas que visavam à consolidação de uma imagem do Estado e a afirmação de seu lugar no cenário nacional. Dentre essas projeções do lugar de Minas Gerais na política nacional destacamos a construção da memória de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada² relacionando a atividade e os projetos políticos deste indivíduo com os aspectos apontados como características dos interesses do Estado mineiro ao final da Primeira República e no processo da Revolução de 1930.

Quando nos debruçamos sobre a produção de memória referente à Revolução de 1930 percebemos o quanto a herança varguista conquistou a hegemonia como memória histórica (SANDES, 2008, p. 136). Personagens como Antônio Carlos, a despeito de sua importância no processo revolucionário, foram paulatinamente relegados a segundo plano. Por vezes são identificados como herdeiros de uma tradição ultrapassada, atrasada, velha, tal como os construtores da memória varguistas classificavam o período que passou a ser chamado de "República Velha". Homens como Antônio Carlos tornaram-se símbolo dessas práticas "antigas", ainda que estivessem fortemente ligados aos processos políticos considerados "novos".

Em certa medida este distanciamento ocorre pela concentração das narrativas sobre as realizações do período pós-1930 na figura do próprio Getúlio Vargas. O que chama a atenção é que esta concentração da memória em torno da figura de Vargas provocou o apagamento progressivo de outros artífices da Revolução. Talvez não totalmente intencional - apesar de haver um forte trabalho intelectual a serviço do Governo Varguista que aponta claramente para essa valorização da imagem do Presidente. O fato é que este apagamento se transferiu também da memória para a História, o que nos permite dizer que há um apagamento ou um silenciamento desses personagens na Cultura Histórica.

No entanto, essa memória não desaparece por completo. Ela sobrevive nos reduzidos ouvintes de um discurso que não se tornou hegemônico e que, por

2. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870 – 1946) foi advogado e político, tendo grande destaque como Deputado Federal por Minas Gerais entre as décadas de 1910 e 1930, exerceu a Presidência da Assembléia Constituinte de 1933-1934. Também ocupou os cargos de Senador Estadual, Ministro da Fazenda e Presidente do Estado de Minas sendo um dos principais articuladores da Aliança Liberal, cujas ações levariam Getúlio Vargas ao poder por meio da Revolução de 1930. Sua biografia também é marcada por sua ligação familiar com José Bonifácio de Andrada e Silva, Patriarca da Independência, sendo a tradição familiar um elemento muito marcante na construção de sua memória.

vezes, contradiz as narrativas consagradas por outras memórias e pela historiografia. Essa sobrevivência tornou possível a busca por uma re colocação deste personagem no lugar que alguns acharam que lhe era de direito na cultura histórica (PEREIRA e FARIA, 1998, p. XV). Essa tentativa é a força motriz de produções biográficas e da coletânea de discursos de Antônio Carlos. A principal obra biográfica foi produzida na década de 90, o que aponta para a resistência enfrentada por essa memória esquecida. Contudo, o fato apontado pelas autoras de que Antônio Carlos já planejava produzir uma biografia ainda na década de 30 (PEREIRA e FARIA, 1998: XX) aponta para uma luta contra essa possibilidade de esquecimento enfrentada pelo próprio ator. Outro fato que aponta para essa luta contra o esquecimento é a publicação dos discursos de Antônio Carlos na campanha da Aliança Liberal. O livro publicado já em 1930 traz em sua apresentação, escrita por Abílio Machado, a idéia de sua produção para permitir que a palavra do presidente não fosse esquecida (ANDRADA, 1930, p. VI).

Essa preocupação constante com a preservação da memória, com a produção de um discurso próprio, com a apresentação de uma verdade nascida de sua experiência, se relaciona ao que Noé Freire Sandes (2009: 43) chama de a “objetivação da subjetividade” e o tratamento do passado como negócio. “Trata-se de aferir a relação entre lembrança e esquecimento na constituição de uma cultura história”. A experiência da Primeira República foi relegada ao esquecimento e o passado anterior a 1930 fez-se distante. Neste sentido, Antônio Carlos também passou por um processo de esquecimento que afasta progressivamente a memória de sua atuação política no processo revolucionário de 1930 da cultura histórica que abarca este evento. Isso estabelece uma ligação de Antônio Carlos com a Primeira República, mais que com o período Vargas. Sua atuação passa a representar um tipo de ação política presa ao passado, cada vez mais remoto. Em certa medida essa visão encontra-se presente nos escritos sobre o novo papel desempenhado por Minas Gerais após a Revolução de 1930. O que buscamos analisar neste artigo são as tentativas de esboço da imagem de estadista de Antônio Carlos presentes na biografia *Presidente Antônio Carlos: um Andrada da República; o arquiteto da Revolução de 1930*, escrita por Lígia Maria Leite Pereira e Maria Auxiliadora Faria e publicada em 1998. Primeiramente, buscamos fazer uma breve discussão acerca dos conceitos de memória e das características de produção da biografia histórica, tanto com o objetivo de identificar possibilidades de análise, quanto de mapear os possíveis obstáculos para a produção do conhecimento histórico presentes neste tipo de escrita.

Em seguida, concentramos nossa análise na avaliação da construção de uma imagem pessoal de Antônio Carlos presente em sua biografia. Para isso partiremos de dois pontos: o destaque para as características pessoais do biografado e a relação

que se constrói entre o indivíduo e sua região, no caso o Estado de Minas Gerais. No primeiro ponto fazemos alusão às formas como as autoras trabalham as características da personalidade do biografado e de suas percepções políticas, destacando como são relacionados os aspectos positivos e negativos dentro da narrativa. Em seguida discutimos a relação entre os aspectos biográficos do ator político com as características do cenário de sua atuação, sua relação com o Estado e o povo de Minas Gerais identificadas na ideia de mineiridade.

II. A Biografia Histórica e a construção da Memória.

Para discutirmos acerca do conceito de memória, um primeiro ponto relevante para sua definição é estabelecer sua distinção quanto ao conceito de História. Sobre o conceito de memória, Jacques Le Goff afirma que tal ideia nos remete, em primeiro lugar, a um fenômeno individual e psicológico, que possibilitaria ao homem a atualização de impressões ou informações passadas (LE GOFF, 1990). Relacionando essa afirmação com os debates referentes à psicologia individual, Jô Gondar (2008) afirma que teríamos aqui uma memória caracterizada como experiência interior e subjetiva. A essa memória restrita ao indivíduo faltaria a dimensão visível e tangível da memória social que seria o documento. É o documento que garante que a memória individual possa ser compartilhada, enquanto, como fenômeno singular, ela seria passível de transmissão através da palavra.

232

O processo de registro é uma das vias de preservação e transmissão da memória individual que torna possível sua transformação em memória social. Mesmo sendo um indivíduo o produtor da memória, esta se relaciona com o grupo ao qual ele se vincula. Segundo Pierre Nora (1993, p. 09), a memória emerge de um grupo que ela une, havendo tantas memórias quantos grupos existirem, enquanto a história pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação ao universal. Mas, com a crise das sociedades-memória, onde esta faz parte da vivência direta do presente, cada vez mais a memória é tomada como história (NORA, 1993, p. 14). Quanto menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas.

É devido a essa necessidade de referências tangíveis, por não ser mais algo vivido, que a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. Contudo, na perspectiva historiográfica a memória se torna objeto de uma história possível (NORA, 1993: 11), uma interpretação do passado dentro de uma infinidade de testemunhos. O fim da história-memória multiplicou as memórias particulares que

reclamam sua própria história (NORA, 1993, p. 17), relacionando os indivíduos que a produzem com os grupos sociais aos quais estão ligados. A memória passa então por uma metamorfose histórica e por uma conversão à psicologia individual.

Ocorre assim um deslocamento decisivo da memória do histórico ao psicológico, do social ao individual (NORA, 1993, p. 18). Inaugura-se um novo regime de memória, a partir de agora privada. A psicologização da memória levou a uma economia singularmente nova do eu, dos mecanismos da memória e da relação com o passado, sendo agora identificada com o indivíduo, com a ação privada, com aspectos subjetivos. Quanto menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem a necessidade de homens que tomem para si a responsabilidade de conservar essa memória. Contudo, essas memórias individuais são usadas para fomentar as memórias dos grupos aos quais estes indivíduos encontram-se ligados.

Distinguindo-se de Pierre Nora, Michel Pollak analisa a ideia de memória chegando ao conceito de "enquadramento", proposto por Henry Roussou. Segundo Pollak, a memória coletiva, dos grupos sociais, fomentada pelas memórias individuais, não é imposta de forma coercitiva (1989, p. 03). Ela é acessada por meio da adesão afetiva ao grupo, sendo a nação a forma mais bem acabada destes grupos e a memória nacional a sua memória coletiva.

As duas funções principais da memória seriam "manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum", incluindo aí o território, no caso de Estados. O significado dessas duas funções seria o fornecimento de um quadro de referências e de pontos de referência. Por isso, para Pollak, o termo memória enquadrada seria mais específico e adequado do que memória coletiva. Ainda segundo Michel Pollak (1989, p. 10):

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro.

Dentro dessa perspectiva, a biografia histórica seria uma forma de fomentar esse enquadramento. Quando se constrói a biografia de Antônio Carlos baseada na relevância histórica de suas ações políticas, este trabalho representa o enquadramento de sua memória, pois alimenta-se dos elementos históricos e estabelece as possibilidades de reinterpretação que dão a dinâmica da relação temporal entre passado e presente.

É nesse sentido do enquadramento que a memória de Antônio Carlos se relaciona ao grupo do qual ele faz parte, sendo alçado a símbolo deste mesmo grupo.

Mas a narrativa presente em sua biografia já não é mais uma memória vivida, mas uma memória capturada pela história, tal como aponta Pierre Nora, concedendo sentido de unidade a este grupo social. Relacionada com a história política do Estado de Minas Gerais, a biografia de Antônio Carlos ganha relevância. Sua notoriedade vincula-se à mineiridade, pois suas ações políticas representam este grupo, como defensor simbólico dos interesses mineiros na Revolução de 1930. Mais uma vez nos remetendo ao trabalho de Michel Pollak (1989, p. 15), esse exemplo sugere que mesmo no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida.

Ao tornar as ações de um indivíduo exemplar ou simbólica, corre-se o risco da ilusão. Neste sentido, Pierre Bourdieu (1996, p. 184) alerta quanto à ilusão que pode ser produzida pelas biografias. Na construção das narrativas biográficas, o indivíduo é visto como um sujeito completo, portador de uma totalidade explicitada ao longo das ações que compõem sua vida. É a ilusão de que a vida tem um sentido imanente e coerente em uma direção linear de início, meio e fim. Dessa forma, a vida constituiria um conjunto coerente e orientado, guiada por uma intenção subjetiva e objetiva na realização de um projeto.

Dessa forma a escrita biográfica traz um sentido de moral, de exemplo de comportamento social, de transmissão de atitudes simbólicas que podem se distanciar do rigor metodológico do trabalho de construção do conhecimento histórico. Sobre este problema, Benito Schimidt (2003) destaca que uma das tarefas do historiador é o acompanhamento do "fazer-se" do indivíduo ao longo do tempo. Para isso é necessário levar em conta os diferentes espaços sociais por onde este indivíduo transita, suas percepções subjetivas, as oscilações e hesitações nas ações políticas e sociais e mesmo o acaso como elemento de construção da biografia histórica.

De toda forma, a escrita biográfica parte, necessariamente, da relação entre o indivíduo e a esfera social na qual ele se localiza. Sobre este diálogo entre indivíduo e sociedade, Benito Schimidt (2003, p. 58) alude à obra de Françoise Frazier para indicar a importância da relação entre a perspectiva moral e a história como característica dos escritos biográficos. Essa relação se faz presente por meio dos exemplos dados pelos personagens que, presentes na obra biográfica, são acessados e reinterpretados por seus receptores. Nesta relação entre a escrita biográfica e a produção do conhecimento histórico, para além de representativa de exemplos, a biografia pode introduzir o elemento conflitual (SCHIMIDT, 2003, p. 68).

Essa relação com a moral, o exemplo, a perspectiva da vida como unidade racional e o estabelecimento de relações entre passado e presente são fundamentais na construção da narrativa biográfica sobre Antônio Carlos. Estes elementos servem como ligação entre o indivíduo e o grupo social ao qual ele se relaciona e são usados para

explicar suas ações no cenário político mineiro nos momentos decisivos da Primeira República.

III: Antônio Carlos: o ator político na Biografia.

Mapeando a construção das características pessoais de Antônio Carlos em sua biografia, um dos pontos que identificamos encontra-se no destaque à escolha de seu nome como candidato à Presidência de Minas Gerais pelos delegados municipais, pelo diretório estadual do PRM e pela opinião pública (PEREIRA e FARIA, 1998, p. 265). A ideia de opinião pública, cuja definição é alvo de longa discussão³, é problemática. Ela está mais ligada à opinião publicada nos jornais - muitos deles oficiosos, que quase unanimemente elogiavam a escolha - do que propriamente com a representação da escolha livre do "público". A opção por Antônio Carlos pode revelar muito mais sua força dentro do partido que dominava a política estadual do que necessariamente a vontade pública de sua eleição.

A escolha dos candidatos dentro do PRM (Partido Republicano Mineiro), durante a Primeira República, era feita por meio das articulações restritas a sua comissão executiva, conhecida como Tarasca⁴, e referendadas pelos diretórios e câmaras municipais sem contestações consideráveis. Portanto, a escolha do nome de Antônio Carlos como candidato à Presidência de Minas Gerais em 1926 decorre muito de sua capacidade política dentro do partido, sendo a repercussão e o destaque às suas características pessoais um efeito do domínio desse mesmo partido sobre a Imprensa do Estado.

É também a partir do destaque às características excepcionais da personalidade de Antônio Carlos que podemos analisar as indicações de Otávio Malta destacadas no texto biográfico (PEREIRA e FARIA, 1998, p. 338):

Um homem sagaz, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Tornou-se personagem decisivo na década de 30. Descendente dos Andradas da Independência, tinha a vocação para a glória. (...) A raposa das Alterosas *sentiu* que, após os erros da Presidência Washington Luis, a Nação, ante o aparecimento de lideranças novas no movimento tenenstista, passara a exigir uma mudança ou revolução.

3. Considerando as dificuldades e o constante debate acerca do termo "opinião pública" é importante ressaltar que aqui ele está sendo empregado no sentido de opinião que se torna pública, que se publica e se faz conhecida. Essa definição se aproxima daquela apontada por Said Farhat (1992: 26) da opinião pública como "elementos de formação de imagens no contexto de grupos de interesse e de pressão". Ou seja, não a entendemos aqui como um agente social ou político em si, mas como expressão de grupos específicos que buscam disseminá-las como compartilhadas pelo público ao qual um texto se dirige.

4. A comissão executiva central do Partido Republicano Mineiro – PRM, chamada de Tarasca, em geral composta pelos chefes políticos mais influentes do Estado, era a responsável pelas decisões políticas mais importantes que, em geral, eram referendadas pelos comitês e municipais do Partido. Era o lugar do embate político efetivo durante a Primeira República (VISCARDI, 1995).

A ideia de que Antônio Carlos está destinado à glória revela a importância atribuída pelo escritor, e replicada pelas biógrafas, da astúcia do biografado e da tradição para a ocupação das posições políticas às quais galgou. Dessa maneira, a astúcia é um elemento importante para a atividade política, mas é acompanhada por um tipo de destino pré estabelecido exposto na ideia de que Antônio Carlos teria a “vocação para a glória”.

Isso também encontra-se exposto nas referências das autoras às ações de Antônio Carlos às vésperas do pleito de 1930. Segundo as biógrafas, o Andrada era um dos poucos líderes da Aliança Liberal a manter-se “sereno e confiante” (PEREIRA e FARIA, 1998, p. 372). As atitudes e o posicionamento de Antônio Carlos o destacam-no em relação a seus contemporâneos. A imagem construída de Antônio Carlos em sua biografia é de alguém superior, que mesmo nas horas mais difíceis consegue manter-se no controle e que tem uma visão mais avançada que a de seus pares. Daí também resulta a capacidade de prognósticos, quase como profecias (PEREIRA e FARIA, 1998, p. 365), como ressaltado no texto biográfico. Essa característica da escrita biográfica de aparente unidade da vida é sempre uma construção a *posteriori*. Por isso a ideia de ilusão, como apontada por Pierre Bourdieu (1994), de que todos os acontecimentos têm uma explicação direta, previsível pelo próprio biografado, como se este tivesse controle absoluto sobre suas experiências.

Este aspecto na biografia de Antônio Carlos é característico da escrita biográfica de forma geral. Tal “ilusão” se relaciona com a necessidade de ordenação lógica no processo de construção de memórias individuais, como apontado por Michel Pollak, (1989, p. 14):

Ao contarmos nossa vida, em geral tentamos estabelecer uma certa coerência por meio de laços lógicos entre acontecimentos chave (que aparecem então de uma forma cada vez mais solidificada e estereotipada), e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica. Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros.

É na ordenação cronológica que as experiências e o lugar ocupado pelo indivíduo dentro de um grupo torna-se inteligível a outros sujeitos. Na biografia de Antônio Carlos este processo é constante nas referências a suas ações e como elas explicam os sucessos e os fracassos políticos do biografado.

Nesse sentido encontramos no texto biográfico as referências aos defensores da ideia de que Minas Gerais, liderada por Antônio Carlos, teria faltado ao compromisso revolucionário que havia firmado com grupos políticos dissidentes do Rio Grande

do Sul e da Paraíba (PEREIRA e FARIA, 1998, p. 383). Como Presidente de Minas, o biografado teria hesitado em vários momentos de organização da Aliança Liberal. Contudo, as autoras destacam que, como ele, também Getúlio Vargas e Borges de Medeiros hesitaram, por serem homens de bom senso. O bom senso explica, assim, as hesitações políticas, transformando o que era apontado como falha pelos críticos em elemento que confere sentido aos acontecimentos e a seus resultados.

Ao longo do texto biográfico, tal como nessa passagem, quando há críticas negativas a Antônio Carlos, ele é comparado com outros personagens contemporâneos, sempre grandes vultos do processo revolucionário de 1930, mas ressaltando os resultados positivos de suas ações. Em contrapartida, quando se destacam suas qualidades, ele é comparado com grandes vultos da História nacional, como Tiradentes, ou símbolos de astúcia política, como o Cardeal Richelieu (PEREIRA e FARIA, 1998, p. 361, 383).

Apesar da alusão ao fato de alguns contemporâneos insistirem na característica de indecisão de Antônio Carlos no período pré-revolucionário, essas indicações das autoras não são acompanhadas por nenhum texto sobre o tema escrito no período abordado. Ao contrário, recebem destaque dois textos que ressaltam características positivas do biografado. No primeiro texto, um relato de Virgílio de Melo Franco, destaca-se o quanto Antônio Carlos envelhecera devido às ações da Aliança Liberal; no segundo, o relato de Paulo Pinheiro Chagas ressalta-se que o Andrada simbolizava a insistência do povo mineiro em não se render na luta (PEREIRA e FARIA, 1998, p. 383). Dessa maneira a biografia cumpre o papel de ressaltar os elementos positivos do biografado. Mas as referências às suas falhas, que demonstram seu caráter humano perante os inúmeros elogios, se restringem a alusões, não havendo relatos mais detalhados de tais críticas.

Outra característica da escrita biográfica neste texto é uma excessiva psicologização por parte das autoras. Quando destacam o cumprimento, por Olegário Maciel, dos acordos feitos por seu antecessor, afirmam que este fato foi visto como algo surpreendente para os líderes da Aliança Liberal, exceto para Antônio Carlos, que “sempre apostou em sua lealdade” (PEREIRA e FARIA, 1998, p. 394). O que chamamos de psicologização na leitura do evento refere-se ao fato de que as biógrafas parecem acessar diretamente a consciência do biografado, conferindo-lhe opiniões pessoais que não encontram respaldo nos documentos indicados na biografia.

Neste percurso as características individuais de Antônio Carlos esboçadas na biografia são construídas no estabelecimento de relações com outros agentes contemporâneos a ele e na busca por explicações das razões que motivavam suas ações políticas. Essas explicações encontram seus elementos na relação entre a ação do

indivíduo e o interesse coletivo do grupo ao qual ele pertence. Dessa forma, a biografia estabelece a ligação entre o indivíduo e o grupo social ao qual ele é identificado. A biografia de Antônio Carlos ganha sentido quando relacionada ao Estado de Minas Gerais.

IV. A memória do indivíduo e as relações com o grupo social.

Para pensarmos a relação entre Antônio Carlos e o Estado de Minas Gerais, buscamos esclarecer dois pontos fundamentais na construção da narrativa biográfica. Primeiro, a construção simbólica e ideológica das características identificadoras do Estado de Minas Gerais, reunidas na ideia de mineiridade e; em segundo lugar, apontamentos sobre as características dos grupos políticos identificados com as distintas regiões de Minas na Primeira República. Com isso pretendemos mostrar o quanto a identificação de Antônio Carlos com ideais apontados como identificadores da população mineira como uma unidade essencialista, representa um dos problemas para se pensar a relação entre a escrita biográfica e a construção do conhecimento histórico.

238 Sobre essa perspectiva essencialista como forma de identificação do povo mineiro, Walderez Ramalho (2014, p. 01) aponta a busca pela identificação das "características psicossociais mais típicas e genuínas" que formariam uma "identidade mineira" como um "conjunto de valores, costumes e tradições" que convencionou-se denominar de "mineiridade". Essas características, muito presentes na produção literária e ensaística sobre Minas Gerais, teriam influenciado decisivamente no imaginário local e nacional sobre o Estado. Para a autora, essa influência pode ser percebida no planejamento e execução de práticas políticas e culturais na região.

Nessa perspectiva se define mineiridade como um discurso que "visa representar uma ideia de união e fraternidade ao conjunto da população mineira" (RAMALHO, 2014, p. 01). Para essa identificação é fundamental a relação entre as características regionais e nacionais. Ainda que Walderez Ramalho indique que a mineiridade não tem como objetivo os aspectos da distinção com a nacionalidade, como é característico de outras identidades regionais com cunho separatista, entendemos que o discurso da mineiridade se baseia na distinção fundamental entre a população mineira no conjunto da população nacional. Essa distinção se dá por meio da atribuição narrativa de certos valores, costumes e tradições que lhe seriam específicos. Porém, a indicação dessas especificidades revelaria muito mais o ponto de vista de quem constrói e interpreta esse discurso do que, propriamente,

da população. Estes discursos essencialistas da mineiridade são construídos a partir de elementos predominantemente conservadores e tradicionalistas, caracterizando-se pelos aspectos de equilíbrio econômico, conservadorismo político, erudição na esfera cultural, centralidade da família no campo social, síntese nacional do ponto de vista histórico, apego às tradições e à conciliação política (RAMALHO, 2014, p. 13).

Para além das definições "essencialistas" da mineiridade, do ponto de vista político e social a afirmação de uma unidade mineira é mais problemática devido às disputas políticas entre as elites das várias regiões do Estado. De acordo com Claudia Viscardi (s.d), a caracterização de Minas Gerais como um mosaico composto por sub-regiões muito diferentes entre si é comum na historiografia mineira e revela a existência de identidades sub-regionais. Muito embora essas divisões não tenham resultado na desagregação do estado, elas representam um obstáculo para a construção de uma conciliação interna que, durante a Primeira República, resultou em dificuldades para a atuação política efetiva de Minas Gerais no cenário federal.

A despeito das dificuldades de definição de uma identidade unitária do povo mineiro e das disputas políticas internas às elites do Estado, na biografia de Antônio Carlos o povo mineiro é identificado às idéias de moralidade e progresso. Sobre a moralidade, essa ideia pode ser avaliada sob dois aspectos: a moralidade mineira, que identifica o povo do Estado de Minas Gerais de forma geral, e a moralidade de seus políticos, que também identifica o povo, mas que é característica daqueles que se destacam e alcançam um patamar digno de representar a população, identificando assim a sua elite política. Quanto à ideia de progresso, refere-se a um aspecto coletivo, quando os interesses do grupo não devem ser substituídos pelos de indivíduos ou classes (PEREIRA e FARIA, 1998, p. 265). A moralidade mineira procura políticos que exerçam a função pública de forma altruísta e não como forma de conquistar uma fonte de proventos para si. Aqueles que, não atendendo a interesses privados, coloquem os interesses públicos em primeiro plano. Portanto, para atender a essa prerrogativa, é preciso ter origem em um grupo privilegiado, ao menos do ponto de vista econômico, limitando o exercício da atividade política à elite.

É nesse sentido que percebemos o destaque feito ao texto do jornal *O Estado de Minas*, de 17 de agosto 1929, em trecho inserido na biografia. Analisando as críticas de adversários políticos, feitas às ações de Antônio Carlos na organização da Aliança Liberal, as autoras destacam o seguinte trecho de artigo publicado por um correligionário do biografado (*apud* PEREIRA e FARIA, 1998, p. 348):

O Sr. Antônio Carlos agiu, não como consultando aos seus interesses pessoais, mas tendo em vista apenas os mais sérios interesses de Minas e do país. A sua atitude foi de uma beleza e de uma linha tão nobre que não pode mesmo ser

compreendida pelos que vendem sua opinião nos balcões dos cofres públicos.

No texto do jornal destacado na biografia, Antônio Carlos se despe dos interesses pessoais ao exercer sua atividade política. Seu altruísmo reverte suas ações do mais puro interesse público. Este interesse público identifica-se com a autonomia e independência do Estado de Minas Gerais na relação entre o Governo Federal. São essas prerrogativas defendidas pelas biógrafas ao tratar a indicação de Melo Viana, em 1929, como candidato à sucessão de Antônio Carlos na Presidência de Minas. A indicação feita por Washington Luís, do então vice-Presidente da República, é tomada como uma traição e afronta desrespeitosa à autonomia estadual (PEREIRA e FARIA, 1998, p. 359).

240

Dessa forma percebemos o quanto as ações de Antônio Carlos são relacionadas, na biografia, com a atitude de liberdade e autonomia mineira. A defesa de valores como a justiça, a liberdade ou a verdade sevem como justificadoras das ações do biografado, alçado a representante dos interesses e do pensamento do povo mineiro. Já as ações de adversários políticos são vistas sob um aspecto extremamente negativo. O destaque neste ponto é para as afirmações insistentes na imprensa de que as ações de Melo Viana representavam uma traição “longamente preparada” em articulação com o Governo Federal (PEREIRA e FARIA, 1998, p. 361). Seguindo esta linha de interpretação, Melo Viana e Carvalho Brito são classificados como “os únicos políticos mineiros que ficaram contra Minas”. As comparações de Melo Viana com Joaquim Silvério dos Reis, propaladas pela imprensa e destacadas pelas autoras da biografia, colocam Antônio Carlos em posição semelhante à de Tiradentes, como defensor da liberdade e vítima de traição.

Os comentários elogiosos a Antônio Carlos e a ressalva sobre o papel desempenhado por Minas no conjunto dos Estados brasileiros também é destacado em trecho do jornal *Diário de Minas* em 24 de outubro de 1929 (PEREIRA e FARIA, 1998, p. 372):

Com a larga e brilhante inteligência o Sr. Antônio Carlos compreendeu magnificamente que estava destinado ao Estado de Minas organizar e conduzir a aspiração liberal cada vez mais ardente. Chegamos, em 1929, a uma situação de desencanto de um regime velho e de esperança na idéia nova, de consciência dos poderes populares análogos à em que se viu o império em 1889 (...).

No texto é atribuído ao Estado de Minas o dever de iniciar o processo de mudança nacional, gerado pelo sentimento de “desencanto” com o regime republicano,

presente na consciência popular. Mas a realização dos anseios populares só seria efetivada devido à inteligência e capacidade de compreensão da conjuntura política de Antônio Carlos. De acordo com o importante papel desempenhado por Minas Gerais no cenário das mudanças nacionais, o Estado e seu líder se confundem. Antônio Carlos é alçado à condição de símbolo dos anseios populares e líder de uma mudança que, comandada por Minas Gerais, deveria abarcar toda a nação. Dessa forma os elementos regionais ganham relevância quando colocados em relação a outras regiões e à esfera nacional.

Todas essas características da esfera regional são encontradas em seu povo, e é o próprio Antônio Carlos quem as destaca. Destacando os perigos representados pelas possibilidades de fraudes eleitorais no pleito presidencial de 1930, aponta a esperança o dever do povo mineiro de defender os interesses nacionais. Em carta a Augusto Lopes, correligionário de Juiz de Fora, o líder da Aliança Liberal escreve (PEREIRA e FARIA, 1998, p. 366):

Dando-vos essa minha impressão, é meu propósito transmitir ao vosso a tranqüilidade que anima o meu espírito. Essa tranqüilidade se baseia ainda na certeza de que, no dia em que, para a vergonha da República e desgraça do Brasil, minhas previsões falharem, Minas Gerais – identificado o seu nobre e altivo povo com o seu governo – saberá, como sempre, cumprir o seu dever.

241

O povo mineiro é elemento importante no discurso de Antônio Carlos, sendo, a população, aqui claramente identificado com o Governo e, logo, com o ideário da Aliança Liberal. Há uma unidade implícita na ideia de povo, construída por Antônio Carlos, onde a identificação com o governo contraria qualquer elemento de oposição. O povo e o governo se complementam. Por isso a ideia explícita de apoio maciço do povo às ações governamentais e, neste caso, às ações da Aliança Liberal, comandadas pelo próprio Antônio Carlos. Dessa forma encontram-se relacionados o povo mineiro com seu Governo que, por sua vez, se identifica com o ideário da Aliança Liberal, liderada por Antônio Carlos que, compreendendo os anseios do povo, torna-se seu símbolo na luta contra os desmandos do Governo Federal.

Se o povo mineiro, visto como uma unidade, encontra-se identificado com seu governo e, por conseguinte, com a Aliança Liberal e seu líder, uma ação política contrária aos interesses desse grupo político é vista também como uma traição ao próprio povo. Assim, as articulações do Catete, no cenário político do período, são definidas como inqualificáveis "atos de perseguição a Minas", nas palavras das biografas (PEREIRA e FARIA, 1998, p. 379).

Quando os deputados do PRM, simpáticos á Aliança Liberal, tiveram seus

registros indeferidos pela Câmara dos Deputados, essa ação foi classificada por Antônio Carlos, em carta ao Presidente da Câmara, como um ato "revolucionário e injusto". O termo revolucionário assume aqui um sentido extremamente negativo e condenável. Como as autoras destacam (PEREIRA e FARIA, 1998, p. 380), para os aliancistas, o termo ainda denotava algo "fora da ordem", condenável. Mais uma vez, na leitura das biografias, as ações do Governo Federal ou, neste caso, da Câmara dos Deputados, são qualificadas como atos de perseguição ao Estado de Minas.

Dessa forma, os posicionamentos políticos se confundem com o que é identificado como os anseios do Povo. Mesmo que as comissões de verificação de poderes já fossem utilizadas na Primeira República, sempre em benefício dos detentores do poder central, incluído aí o PRM, no qual militava Antônio Carlos, ele não poupou críticas a essas ações contrárias aos interesses da Aliança Liberal. Seguiram neste sentido as críticas ao regime da Primeira República, da qual ele participara ativamente compondo o grupo politicamente dominante e lançando mão dos mesmos artifícios ao longo das décadas de 1910 e 1920 (PEREIRA e FARIA, 1998, p. 354).

Da mesma forma, se os interesses do povo mineiro justificaram as críticas à República Oligárquica, também serviriam, mais tarde, às reivindicações ao Governo Provisório, comandado por Getúlio Vargas, com críticas ao personalismo do Governo e solicitações de constitucionalização do país. Em entrevista ao jornal *O Globo*, em 02 de dezembro de 1930, Antônio Carlos afirmava (PEREIRA e FARIA, 1998, p. 401): "(...) o povo mineiro não entregou o seu coração, a sua inteligência e cultura a um homem. Ele os ofereceu aos ideais encarnados na Revolução de outubro". Percebemos assim que a relação entre as opiniões de Antônio Carlos e os anseios do povo mineiro, claramente apontados pelo próprio agente político, não se limitaram à Primeira República, ou às suas ações na Aliança Liberal, mas se manteriam na nova condição política ocupada por ele durante o Governo Vargas.

242

V. Considerações finais.

A luta pela memória da Revolução de 1930 começava, para Antônio Carlos, antes mesmo da conclusão vitoriosa do movimento revolucionário. Em telegrama para Olegário Maciel, em 10 de outubro de 1930, o líder da Aliança Liberal já se colocava como um cidadão comum (PEREIRA e FARIA, 1998, p. 395). Um símbolo de simplicidade, ou de astúcia política, dada sua importância no processo revolucionário que se desenhava vitorioso. Mas o telegrama deixa transparecer também a preocupação de Antônio Carlos com a posteridade. Nos elogios à "extraordinária personalidade e abnegação"

de Olegário Maciel durante o processo revolucionário, vista por ele como uma das maiores da contemporaneidade, Antônio Carlos destaca que essas características se tornariam o “símbolo máximo das energias patrióticas do povo mineiro” na posteridade.

Essa preocupação com a posteridade, com o julgamento pela História, é constante nos textos e discursos de Antônio Carlos, presentes com muito destaque em sua biografia. Vemos duas possibilidades de análise para essa preocupação: primeiro, essa inquietação se relaciona às ações do próprio Antônio Carlos, como consciência da grandiosidade do momento e da importância de seus atos para o futuro da nação e; segundo, como uma preocupação em forjar uma memória pessoal diante e no decorrer de tais acontecimentos.

Na relação entre a construção da memória e a análise do quadro político que vivenciava em 1936, Antônio Carlos refletia sobre seu papel e os riscos políticos que correria ao liderar a campanha da Aliança Liberal. No relato de Moacir Andrade (*apud* PEREIRA e FARIA, 1998, p. 401), Antônio Carlos declarou que Washington Luis não o pegaria vivo: “É que os meus correligionários de Minas, diante da derrota, me liquidariam imediatamente, por que eu fora o único culpado... Agora que a Revolução venceu...”.

Em 1936, Antônio Carlos ainda se colocava como o responsável pelo processo revolucionário, na condição de líder da Aliança Liberal. Há uma aparente crítica aos que se apossaram da Revolução e indícios de um sentimento de derrota, já que em 1936 ele já se encontrava alijado de várias posições na estrutura do poder que ocupara durante a Primeira República e os primeiros tempos do Governo Vargas. Este afastamento progressivo de Antônio Carlos do centro do palco político é fruto das ações de Getúlio Vargas no processo de consolidação de seu poder à frente do Governo Provisório (1930-1934) e intensificadas posteriormente. Getúlio Vargas se cerca dos grupos mais radicais da Revolução, chamados de jacobinos por João Neves da Fontoura (PEREIRA e FARIA, 1998, p. 397), e tenta “exportar” os antigos aliados e potenciais adversários no novo na nova cena política pós 1930.

É nesse momento que se efetiva o processo de luta pela memória da Revolução: logo em seguida à vitória do movimento, no momento mesmo de consolidação dos grupos que vão conduzir o processo político após a tomada do poder. É a partir deste instante que Antônio Carlos começa a deixar seu papel central para assumir uma condição cada vez mais marginal no jogo político da Era Vargas.

Referências Bibliográficas:

ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de. **A Palavra do Presidente Antônio Carlos na**

- Campanha da Aliança Liberal.** Prefácio de Abílio Machado. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1930.
- BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In; FERREIRA, Marieta de M; e AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-192.
- CHAGAS, Carmo. **Política:** arte de Minas. São Paulo: Carthago e Forte, 1994.
- DE DECCA, Edgar. **1930:** o silêncio dos vencidos – memória, história e revolução. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FARHAT, Said. **O Fator Opinião Pública:** como se lida com ele. São Paulo: T.A Queiroz, 1992.
- FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira.** 2ª edição. São Paulo: Difel, 1977.
- GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas.** Ano 08, número 13, 2008. Disponível em <http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero13-2008/jogandar.htm>. acessado em 18 de fevereiro de 2015.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Unicamp, 1990.
- NORA, Pierre. Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História.** São Paulo: 10, dez/1993, p. 07 – 28.
- PEREIRA, Lígia Maria Leite & FARIA, Maria Auxiliadora. **Antônio Carlos:** Um Andrada da República: O Arquiteto da Revolução de 30. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira. 1998.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.**
- RAMALHO, Walderez Simões Costa. Uma história da Mineiridade: o sentido “essencialista” de uma representação. **Anais do XIX Encontro Regional de História:** Profissão Historiador, Formação e Mercado de Trabalho. Juiz de Fora: 28 a 31 de Julho de 2014. Disponível em http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1398480269_ARQUIVO_Mineiridade-Walderez.pdf. Acessado em 22 de julho de 2015.
- SANDES, Noé Freire. A Memória Inconsútil: São Paulo, 1932. In: FREDRIGO, Fabiana de Souza; OLIVEIRA, Fabiane Costa; SALOMON, Marlon (orgs.). **Escritas da História:** arte, cultura e memória. Goiânia: UCG, 2009, pp. 179-197.
- SANDES, Noé. O Jornalista Costa Rêgo e o Tempo Revolucionário (1930). **Revista Brasileira de História.** São Paulo, vol. 28, nº 55, 2008, p. 41-62.
- SCHMIDT, B. B. Biografia e regimes de historicidade. **Métis (UCS), Caxias do Sul, v. 2, n.3, p. 57-72, 2003.**

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites Políticas em Minas Gerais na Primeira República.
In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 8, u. 15.1995. p. 39-56.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Elites políticas mineiras na Primeira República Brasileira**: um levantamento prosopográfico. S.d. disponível em <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s11a2.pdf>. Acessado em 22 de fevereiro de 2015.